



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FELIPE GALVÃO LOPES

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA
MUNICIPAL DR. EUVALDO TOMAZ DE SOUZA.
PORTO NACIONAL -TO**

**PORTO NACIONAL
2025**

FELIPE GALVÃO LOPES

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA
ESCOLA MUNICIPAL DR. EUVALDO TOMAZ DE SOUZA
Porto Nacional-TO**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador (a): Dra. Vera Lucia Aires Gomes da Silva

PORTO NACIONAL
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L864e Lopes, Felipe Galvão.
O ensino de geografia na educação de jovens e adultos na escola municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza Porto Nacional - TO. / Felipe Galvão Lopes. – Porto Nacional, TO, 2025.
35 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de Geografia, 2025.

Orientadora : Vera Lucia Aires Gomes da Silva

1. Ensino de geografia. 2. LDB. 3. EJA. 4. Ensino-aprendizagem. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FELIPE GALVÃO LOPES

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA
ESCOLA MUNICIPAL DR. EUVALDO TOMAZ DE SOUZA**

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Geografia foi avaliado para a obtenção do título de Licenciatura em Geografia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

*“Mesmo desacreditado e ignorado por todos,
não posso desistir, pois para mim, vencer é
nunca desistir.”*

- Albert Einstein

RESUMO

O ensino de Geografia, com suas variações específicas, é crucial para garantir o acesso contínuo à educação, promovendo a inclusão de pessoas de todas as idades e condições sociais. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Geografia adota abordagens diversas para atender às necessidades dos alunos e formar uma identidade própria. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) orienta que o currículo da EJA seja adaptado às experiências e contextos dos estudantes, promovendo uma educação relevante e significativa. Esta pesquisa visa analisar o ensino de Geografia na EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza, oferecendo dados para a melhoria das práticas pedagógicas e promovendo um ambiente de aprendizado mais eficaz e envolvente. Esta pesquisa foi conduzida para analisar as práticas pedagógicas e os recursos utilizados no ensino de Geografia na EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza, utilizando uma abordagem qualitativa e quantitativa. A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica, análise documental, e coleta de dados primários através de entrevistas. A pesquisa revelou que o ensino de Geografia na EJA Souza é adaptado para um público diverso, incluindo jovens, adultos e idosos. A Geografia é fundamental por conectar teoria e prática, abordando temas como transformações urbanas e desigualdades. A adequação do currículo às necessidades dos alunos é crucial para oferecer uma educação inclusiva e relevante. A pesquisa conclui que, para aprimorar a qualidade da educação na EJA, é crucial fortalecer a conexão entre as práticas pedagógicas e as realidades dos alunos, oferecer suporte adequado aos professores e implementar políticas que atendam às particularidades do ensino para jovens e adultos.

Palavras-chaves: Ensino de geografia. LDB. EJA. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

Geography education, with its specific variations, is crucial for ensuring continuous access to education, promoting inclusion for people of all ages and social conditions. In Adult and Youth Education (EJA), Geography adopts various approaches to meet students' needs and create its own identity. The National Education Guidelines and Framework Law (LDB) directs that the EJA curriculum should be adapted to students' experiences and contexts, fostering a relevant and meaningful education. This research aims to analyze Geography teaching in EJA at Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza, providing data to improve pedagogical practices and promote a more effective and engaging learning environment. The study employed both qualitative and quantitative approaches, including literature review, document analysis, and primary data collection through interviews. The research found that Geography teaching at EJA Souza is tailored to a diverse audience, including youth, adults, and seniors. Geography is essential for linking theory and practice, addressing topics such as urban transformations and inequalities. Adapting the curriculum to students' needs is vital for providing an inclusive and relevant education. The study concludes that to enhance education quality in EJA, it is crucial to strengthen the connection between pedagogical practices and students' realities, provide adequate support for teachers, and implement policies that address the specific needs of teaching young and adult learners.

Key-words: Geography education. National Education Guidelines and Framework Law (LDB). Adult and Youth Education (EJA). Teaching and learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Localização da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza	23
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados de alunos EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza	26
Quadro 2 - Formas de avaliação do ensino regular infantil na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza.....	28
Quadro 3 - Formas de avaliação da EJA na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alunos inscritos no EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza.....25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CME	Conselho Municipal de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil	14
2.3 O docente na educação de jovens e adultos.....	16
2.4 A importância do ensino de geografia no âmbito do EJA.....	19
2.4.1 Metodologia De Ensino E Geografia Na Educação De Jovens E Adultos	20
2.5 Escola municipal DR. Euvaldo Tomaz de Souza.....	21
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta particularidades que refletem a diversidade e as necessidades específicas dos alunos. Essa modalidade educacional busca promover a inclusão de indivíduos de todas as idades e condições sociais, permitindo que jovens, adultos e idosos concluam seus estudos, independentemente das circunstâncias de suas trajetórias (Fonseca, 2019).

Com uma identidade própria, a EJA é moldada por práticas pedagógicas adaptadas às características de seu público, geralmente heterogêneo e com múltiplos compromissos profissionais e pessoais (Coelho, 2019). Nesse cenário, o ensino de Geografia se destaca não apenas pelo papel de transmitir conhecimento sobre espaço e sociedade, mas também por fomentar uma compreensão crítica das dinâmicas sociais, ambientais e econômicas. Temas como transformações urbanas, desigualdades socioeconômicas e desafios ambientais tornam-se centrais, conectando teoria à prática cotidiana dos alunos e ampliando suas perspectivas (Fonseca, 2019; Machado & Mattos, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) orienta que o currículo da EJA seja flexível e relevante, respeitando as experiências e bagagens culturais dos estudantes (Moreira & Chaves, 2022). Nesse sentido, a Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza desempenha um papel fundamental ao oferecer turmas de EJA, promovendo a continuidade educacional de um público diverso. Contudo, para atender às demandas dessa modalidade, é essencial analisar as práticas pedagógicas e os recursos empregados no ensino de Geografia.

O objetivo deste trabalho é analisar o ensino de Geografia na EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza, com foco nas práticas pedagógicas e nos recursos didáticos utilizados. Busca-se compreender como essas metodologias são ajustadas às necessidades dos alunos e avaliar os impactos dessas adaptações no desempenho acadêmico e no engajamento.

A pesquisa se limita à análise exclusiva do ensino de Geografia nesta escola, sem abordar outras disciplinas ou instituições. Também não inclui a avaliação de intervenções pedagógicas futuras, concentrando-se na compreensão da situação atual e dos desafios enfrentados. Essa delimitação permite uma análise detalhada e focada, garantindo maior precisão nos resultados.

A relevância da pesquisa está em sua contribuição para o entendimento dos desafios e especificidades do ensino noturno na EJA, especialmente diante da diversidade dos alunos e de suas responsabilidades externas. Investigando um caso específico, o estudo oferece dados que podem ser aplicados em outras instituições com características semelhantes, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade, com foco na disciplina de Geografia.

A pesquisa adotou o método dedutivo, que parte de premissas gerais para explicar fenômenos específicos, conforme descrito por Prodanov e Freitas (2013). Essa abordagem foi escolhida por sua capacidade de esclarecer as relações entre as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados na EJA.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, com foco prático na solução de problemas educacionais (Gerhardt & Silveira, 2009). A classificação quanto aos objetivos é descritiva, ao detalhar práticas educacionais, e exploratória, ao ampliar o conhecimento sobre o tema (Prodanov & Freitas, 2013; Praça, 2015).

A abordagem quali-quantitativa combinou análise descritiva e estatística para proporcionar uma visão ampla e detalhada (Gerhardt & Silveira, 2009). A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica baseada em livros, artigos e publicações especializadas, garantindo um referencial teórico sólido sobre EJA e ensino de Geografia, além de uma análise documental por meio da análise os dados do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, incluindo informações sobre estrutura, matrículas, evasão e aprovação, e uma coleta de dados primários, realizada por meio de uma entrevista com a gestora Nayara Martins Barbosa, fornecendo uma visão detalhada sobre as práticas pedagógicas, estrutura e desafios das turmas de EJA.

A análise integrada dos dados comparou as práticas da escola com teorias existentes, identificando padrões, discrepâncias e áreas de melhoria.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil

Conforme descrito no capítulo II, seção V, artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é voltada para indivíduos que não tiveram acesso ou oportunidade de concluir o ensino fundamental e médio na idade adequada (Brasil, 1996).

Sua origem remonta ao período do Brasil Império, quando as primeiras reformas educacionais implementaram aulas noturnas para adultos analfabetos (Porcaro, 2012). A EJA ganhou destaque nas políticas educacionais a partir da década de 1930, com o governo central organizando um sistema público de educação, incluindo o ensino primário gratuito para adultos na Constituição de 1934 (Riguetto, 2007; Almeida; Corso, 2015).

Na década de 1940, as políticas voltadas à EJA se expandiram, com a implementação de campanhas contra o analfabetismo, e a UNESCO influenciando a criação de programas de alfabetização (Lopes; Sousa, 2005).

Após o golpe militar de 1964, o governo criou o MOBREAL, um programa destinado à alfabetização de jovens e adultos, mas que não atingiu seus objetivos devido à falta de recursos e apoio político. Com a redemocratização, a Constituição de 1988 garantiu o ensino fundamental gratuito e obrigatório também para adultos, e, em 1996, a Lei 9.394/96 substituiu a ideia de supletivo pela EJA como uma modalidade da Educação Básica, integrando a alfabetização e cursos nos níveis fundamental e médio (Machado; Mattos, 2013; Vieira, 2016).

A EJA, historicamente tratada de forma fragmentada e associada à capacitação para o desenvolvimento nacional, foi influenciada pela pedagogia de Paulo Freire, que introduziu uma abordagem centrada nas realidades e experiências dos educandos, reconhecendo o valor da bagagem cultural dos alunos (Lopes; Sousa, 2005).

Assim, a trajetória da EJA reflete as transformações políticas, sociais e econômicas do Brasil, vinculando-se diretamente à luta por uma educação popular que desafia as estruturas de poder e promove uma reestruturação do sistema educacional brasileiro (Santos, 2013).

2.2 Normas da LDB sobre a educação de jovens e adultos

Em conformidade com Moreira e Chaves (2022), ao longo da história da educação no Brasil, surgiu a necessidade de criar políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no processo de alfabetização. Um marco significativo nesse contexto foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. A Constituição determina que a educação deve ser

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o propósito de garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos, prepará-los para o exercício da cidadania e qualificá-los para o trabalho.

O artigo da Constituição Federal de 1988 esclarece a conexão entre educação, cidadania e preparação para a vida social, afirmando que todos os cidadãos brasileiros têm direito à educação. Conforme o artigo 208, o Estado deve garantir a educação básica obrigatória e gratuita para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, incluindo a oferta gratuita para aqueles que não tiveram acesso na idade adequada (Brasil, 1988).

Portanto, é evidente a preocupação do Estado brasileiro com indivíduos que, por diversos motivos, não conseguiram ou não tiveram acesso à educação formal na idade adequada. Para abordar essa questão, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) em 1996, que regula o sistema educacional tanto no setor público quanto no privado. A LDB abrange todos os níveis de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, e define os princípios, deveres e responsabilidades dos municípios, estados e da União. Assim, a LDB estabeleceu de forma mais precisa a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade da Educação Básica, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 (Moreira; Chaves, 2022).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, no seu Art. 4º, estabelece que é responsabilidade do estado assegurar, através da educação escolar pública, a oferta de educação regular para jovens e adultos. Essa oferta deve atender às necessidades e circunstâncias específicas desses indivíduos, garantindo que trabalhadores tenham condições adequadas para acessar e permanecer na escola. Posteriormente, em seu Art. 24º, determina que a oferta do ensino do EJA deverá ser de período noturno regular, se adequando à realidade do educando.

A LDB ainda aborda questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Seção V. No parágrafo 1º do artigo 37, a LDB assegura ensino gratuito para jovens e adultos que, devido a situações adversas, não puderam concluir seus estudos na idade apropriada.

Toda a Seção V da LDB versa quanto à Educação de Jovens e Adultos, apontando:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II -

no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Brasil, 1996, seção V).

A lei, portanto, garante a esses indivíduos acesso adequado aos sistemas educacionais por meio de cursos e exames, levando em consideração suas características particulares, preocupações, interesses, e condições de vida e trabalho.

Essa definição evidencia que um dos propósitos dessa modalidade educacional é ser inclusiva e compensatória. Ao ser regulamentada pela LDB, a EJA se fortaleceu, transformando-se em uma política de Estado que abrange não apenas a área educacional, mas também uma dimensão social (Machado; Mattos, 2013).

2.3 O docente na educação de jovens e adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é vista como uma modalidade da educação básica, abrangendo tanto o ensino fundamental quanto o médio. Essa modalidade requer atenção especial às suas especificidades, o que inclui também a formação adequada dos professores (Machado; Mattos, 2013).

O artigo da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394), de 20 de dezembro de 1996, define a formação dos docentes e os princípios para os profissionais da educação. Estabelece que esses princípios devem atender às particularidades do exercício das suas funções, bem como aos objetivos das diversas etapas e modalidades da educação básica, onde:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996).

Dessa forma, reconhece-se a necessidade de uma preparação mais específica para o docente que deseja atuar na EJA, conforme indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer nº 11/CEB/CNE/2000):

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (BRASIL, 2000, p.56).

Além disso, o parecer destaca que a formação deve focar em uma relação pedagógica com indivíduos, trabalhadores ou não, com experiências de vida significativas que não podem ser desconsideradas. A EJA, conforme suas três funções, deve:

- Reparar direitos negados;

- Promover a equidade, oferecendo maiores oportunidades para aqueles que necessitam de mais chances para a realização das aprendizagens;
- Qualificar pessoas para o mercado de trabalho, o exercício da cidadania, maiores oportunidades de comunicação e habilidades para lidar com as demandas do mundo contemporâneo.

O documento ressalta a importância da formação de professores para abordar a complexidade específica dessa modalidade de ensino. No entanto, poucas instituições brasileiras oferecem essa formação, que acaba sendo responsabilidade do treinamento em serviço das redes de ensino. Assim, qualquer professor habilitado para lecionar no Ensino Fundamental e Médio pode atuar na EJA, mesmo que não tenha cursado disciplinas específicas para essa modalidade durante a graduação ou discutido suas particularidades em outras disciplinas (Laffin, 2012).

Como argumenta Quintão (2011), sem uma base teórica adequada na formação dos professores e sem materiais didáticos fundamentados em um currículo apropriado para a EJA, as práticas educacionais podem se limitar a métodos tradicionais. Pior ainda, isso pode levar tanto alunos quanto professores a se sentirem confusos sobre como e o que ensinar a esse público específico.

Segundo o Parecer CNE/CEB 11/2000, a educação escolar em países como o Brasil deve ter como meta a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. O Parecer também enfatiza que:

O importante a se considerar é que os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re)inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência, que não tiveram diante de si a exceção posta pelo art. 24, II, c. Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber. Outros são jovens provindos de estratos privilegiados e que, mesmo tendo condições financeiras, não lograram sucesso nos estudos, em geral por razões de caráter sociocultural (BRASIL, 2000, p. 33 e 34).

Essas experiências não podem ser negligenciadas ou descartadas. O professor que trabalha na Educação de Jovens e Adultos deve ser imbuído de criticidade, dialogicidade e, acima de tudo, de humildade (Costa, 2018).

Machado (2008) aponta que a formação de professores no Brasil foi influenciada historicamente pelas escolas normais, que até a Reforma Universitária de 1968 eram o principal espaço de formação docente. Atualmente, a Lei nº 9.394/96 (LDB) determina a necessidade de formação específica para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando as particularidades dos alunos trabalhadores dos cursos noturnos. As Diretrizes Curriculares

Nacionais da EJA reforçam a importância de metodologias e currículos adaptados à diversidade cultural e ao mundo do trabalho (Ataíde, 2015).

Apesar disso, Ventura e Bomfim (2015) afirmam que a formação para docentes da EJA ainda é negligenciada nas universidades, embora seja essencial para lidar com as particularidades desse público. Laffin (2012) complementa que a falta de professores especializados para a EJA é uma questão estrutural, e que a formação desses profissionais ocorre, em grande parte, pela experiência prática associada a fundamentos teóricos.

Silva (2018) destaca a necessidade de uma formação docente comprometida, que vá além da transmissão de conteúdos, priorizando a emancipação cidadã e a integração entre teoria e prática. No entanto, cursos de formação frequentemente focam mais no conteúdo disciplinar, resultando em lacunas pedagógicas.

Fernandes e Gomes (2015) apontam que o uso de metodologias apropriadas na EJA é fundamental para combater a evasão escolar, enquanto Amorim e Duques (2017) defendem que a formação inicial sólida, com disciplinas contextualizadas e experiências práticas, é indispensável para preparar professores para essa modalidade. Essa formação deve ser complementada por programas de formação continuada alinhados às necessidades dos alunos.

Furini, Duran e Santos (2011) destacam que os alunos da EJA, muitas vezes excluídos da escola e provenientes da classe trabalhadora, enfrentam desafios únicos de aprendizagem. Ferreira (2008) reforça que fatores como desemprego e metodologias inadequadas contribuem para a interrupção do percurso escolar desses estudantes. Albring (2013) observa que, ao retornar à escola, esses alunos buscam melhorar sua qualidade de vida e inserção no mercado de trabalho.

Por fim, Machado e Mattos (2013) apontam que o principal desafio dos professores da EJA é equilibrar o desenvolvimento de uma visão crítica com o objetivo prático dos alunos de melhorar sua inserção no mercado de trabalho.

Conforme argumenta Ferreira (2008, p. 11):

[...] em sala de aula, o importante não é depositar conteúdos, mas despertar uma nova relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno, reconhecê-lo como indivíduo no contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos. Possibilitar uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada (Ferreira, 2008, p.11).

O ensino de jovens e adultos exige que o educador seja humilde para reconhecer os conhecimentos que os alunos já possuem e tenha paciência para integrar esses saberes com o conteúdo que deseja ensinar. Essa conexão entre o que está sendo ensinado e as experiências

dos alunos facilita o aprendizado. Em todas as etapas da vida escolar, os conhecimentos prévios dos alunos devem ser considerados ao introduzir novos conteúdos. No caso da EJA, os alunos, por terem experiências e conhecimentos variados, podem enriquecer o processo educativo ao levantar questões, explorar diferentes possibilidades e sugerir alternativas (Machado; Mattos, 2013).

2.4 A importância do ensino de geografia no âmbito do EJA

A educação pública no Brasil sempre refletiu interesses capitalistas. Antes do século XIX, o ensino de Geografia era elitista e militarista. Nas décadas de 1930 e 1940, passou a focar na formação para a indústria e o comércio, com instituições de qualificação surgindo a partir de 1942. A gratuidade no ensino foi garantida apenas em 1988. A partir de 1930, a Geografia no Brasil transitou por diversas abordagens, incluindo a Geografia Crítica nas décadas de 1970, que introduziu uma perspectiva dialética e contextualizada (Oliveira, 2019; Quintão, 2011).

Historicamente, o ensino de Geografia priorizou a memorização, com pouca atenção às questões sociais, econômicas e políticas. Durante o período republicano, reformas educacionais entre o final do século XIX e meados do século XX não alteraram significativamente essa lógica, que continuava focada em dados quantitativos e paisagens (Bittencourt, 2000; Pessoa, 2007). Após sua inclusão como disciplina escolar, o ensino de Geografia visava formar cidadãos nacionalistas, com livros didáticos refletindo esse objetivo e negligenciando debates críticos (Albuquerque, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, mudanças econômicas, políticas e sociais levaram à busca por novos paradigmas no ensino de Geografia. A abordagem tradicional, incapaz de acompanhar as transformações no espaço, foi questionada, e a Geografia Crítica emergiu como alternativa. Essa perspectiva entende o espaço geográfico como uma construção social, marcada por lutas e conflitos, e busca estimular a criticidade dos alunos, conectando o ensino à realidade (Pessoa, 2007; Vesentini, 1994).

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o ensino de Geografia requer práticas específicas e materiais adequados para atender às necessidades dos alunos, que trazem experiências de vida significativas. Essa modalidade exige um enfoque interdisciplinar e didático, integrando teoria e prática para promover reflexão e autonomia. A Geografia ensinada na EJA deve considerar o contexto de vida, trabalho e sociedade dos estudantes, evitando o uso inadequado de materiais resumidos do ensino regular (Quintão, 2011; Silva; Neto, 2010).

Cavalcanti (2001) destaca que a relação entre a Geografia como ciência e como disciplina escolar é complexa. A ciência abrange teorias e métodos, enquanto a disciplina adapta esses conhecimentos para o currículo educacional, considerando aspectos pedagógicos, epistemológicos e cognitivos. Nesse contexto, é fundamental integrar teoria e prática, conectando as vivências dos alunos às ações didáticas, que devem incentivar a autorreflexão e a interação social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reforçam que o ensino de Geografia deve permitir aos alunos interpretar fenômenos a partir de seu contexto, conectando conhecimento escolar e realidade. Esse aprendizado auxilia na compreensão crítica do espaço e das relações sociais (Parecer CNE/CEB 11/2000).

Segundo Antunes (2012), a Geografia na EJA tem como objetivos:

- Compreender a diversidade do planeta e as transformações das paisagens e territórios.
- Avaliar as relações homem-ambiente e seus impactos sociais e ambientais.
- Reconhecer as desigualdades socioeconômicas e compreender os fenômenos espaciais e temporais.
- Desenvolver habilidades críticas para analisar territórios, problemas e dinâmicas sociais.
- Utilizar a linguagem cartográfica para interpretar fenômenos geográficos e valorizar a diversidade sociocultural.

2.4.1 Metodologia De Ensino E Geografia Na Educação De Jovens E Adultos

O ensino de Geografia nas escolas, por muito tempo, esteve centrado na memorização de aspectos naturais e informações superficiais, como os nomes dos rios e capitais, sem estabelecer conexões práticas com o cotidiano dos alunos (Souza, 2021). Castellar e Vilhena (2012) defendem que uma prática pedagógica mais dinâmica deve envolver o aluno na construção do conhecimento, incentivando-o a compreender o que está sendo ensinado e relacionar o aprendizado com situações cotidianas, tanto locais quanto globais.

Nas últimas décadas, o ensino de Geografia passou por renovação, com a introdução de novas abordagens pedagógicas que priorizam a interdisciplinaridade, a avaliação diversificada e o uso de habilidades práticas. Esses avanços buscaram tornar a disciplina mais significativa, permitindo que os alunos aplicassem os conhecimentos em sua vida diária (Souza, 2021). Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), é fundamental que o ensino de

Geografia capacite os alunos a compreender e intervir na realidade, fundamentando-se nos conceitos e categorias que estruturam esse campo do saber.

Callai (2010) aponta que o ensino de Geografia nas escolas deve proporcionar aos alunos três aspectos principais: conhecer o mundo e acessar informações; compreender as interações entre sociedade e natureza; e formar cidadãos críticos e atuantes. Assim, o ensino de Geografia deve tratar o aluno como sujeito ativo e histórico, não como um ser neutro ou descontextualizado. Esse princípio se torna ainda mais importante na Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde as experiências de vida dos alunos devem ser valorizadas no processo de ensino-aprendizagem, incentivando o desenvolvimento do senso crítico (Carneiro; Souza; Moraes, 2014).

Na EJA, o papel do educador é essencial. O professor deve adaptar os conteúdos de Geografia às vivências dos alunos e selecionar metodologias que incentivem a participação e o pensamento crítico (Cavalcanti, 2002; Nascimento, 2011). A Aprendizagem Dialógica, proposta por Ramón Flecha, oferece uma abordagem inovadora que considera os alunos como agentes ativos na transformação social, fundamentando-se em uma pedagogia democrática e libertadora inspirada em Paulo Freire (Furini; Duran; Santos, 2011).

Antunes (2012) defende que o ensino de Geografia na EJA precisa ir além da memorização, estimulando a reflexão crítica sobre os problemas sociais e históricos. Soek (2009) complementa ao afirmar que os alunos devem se reconhecer como sujeitos sociohistóricos e aplicar os conceitos geográficos no cotidiano, promovendo a transformação da realidade ao seu redor.

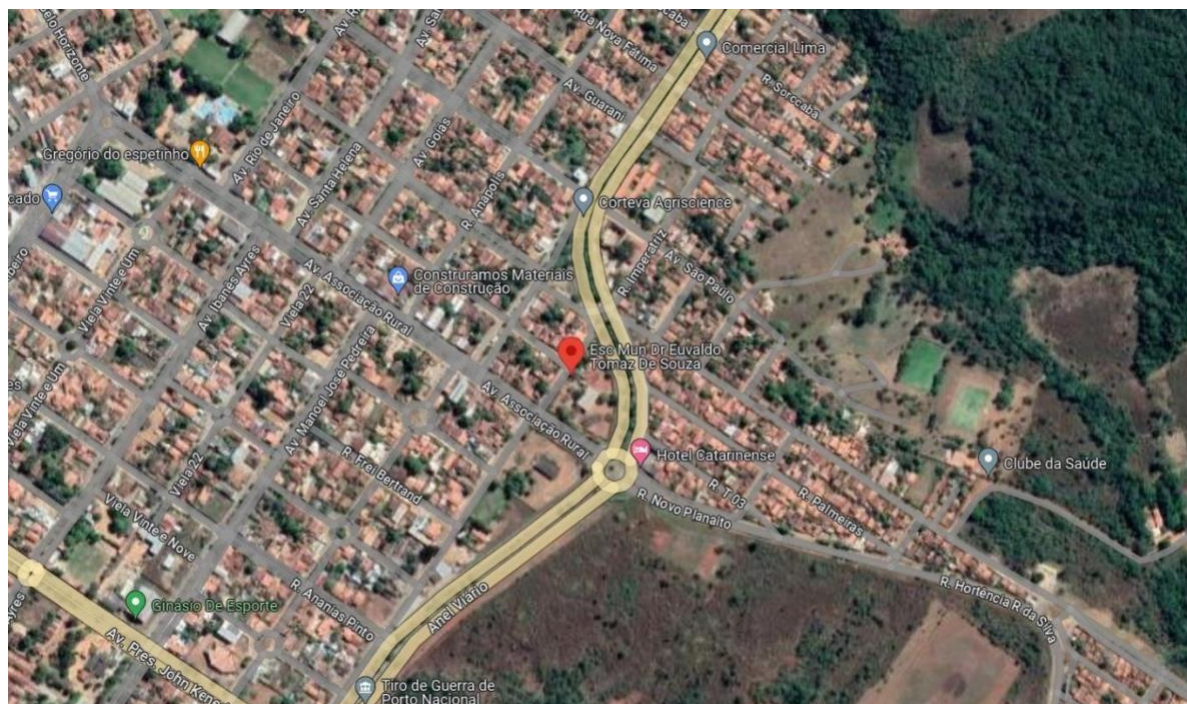
Dessa forma, o ensino de Geografia deve integrar teoria e prática, valorizando o conhecimento prévio dos alunos e incentivando a construção coletiva do saber. Isso permite o desenvolvimento de uma cidadania crítica, na qual os alunos compreendem as interações entre sociedade e natureza e percebem a importância do conhecimento geográfico na sua realidade social e histórica (Fonseca, 2019).

2.5 Escola municipal DR. Euvaldo Tomaz de Souza

A Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza está situada no setor Jardim Querido, na Avenida Imperatriz, próximo ao trevo que dá acesso a Porto/Palmas, conforme Figura 1. Foi reconhecida pelo parecer nº 009/2002 do Conselho Municipal de Educação e pelo decreto nº 106/2002, em 5 de julho de 2002. Posteriormente, recebeu reconhecimento pelo decreto-lei nº

1441 de dezembro de 1994. O código do INEP atribuído pelo Conselho Municipal de Educação (CME) é 17021901 (Porto Nacional, 2024).

Figura 1 - Localização da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza



Fonte: Google Maps (2024).

A missão da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza é garantir uma educação de qualidade que contribua para a melhoria contínua das condições educacionais dos alunos e da comunidade. O objetivo é organizar e administrar a escola de maneira a alcançar uma educação de qualidade focada na inclusão social, promovendo a formação de cidadãos críticos, participativos e competentes, capazes de aproveitar os bens culturais e ambientais de forma sustentável (Coelho, 2019).

A Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza está bem localizada e organizada para atender à comunidade local, mantendo um ambiente atraente e inclusivo que promove o respeito ético e democrático. A escola valoriza a diversidade e a inclusão no processo de ensinoaprendizagem, mas enfrenta desafios relacionados à estrutura física, que precisam ser superados para proporcionar um espaço mais adequado e humanizado para alunos e educadores (Porto Nacional, 2024).

Apesar de possuir um terreno amplo, apenas uma parte é construída, e a demanda crescente por vagas torna necessária a ampliação da estrutura. As salas de aula, cantina, secretaria, sala de professores e outros espaços estão precisando de reformas e melhorias para garantir um ambiente mais funcional e acolhedor. A escola também carece de instalações

adequadas, como banheiros para funcionários e uma biblioteca com espaço suficiente para atender os alunos, reforçando a urgência de intervenções para melhor atender às necessidades educacionais (Porto Nacional, 2024).

A Unidade Escolar atende alunos do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, durante o turno diurno, e oferece educação para jovens e adultos (EJA) no 2º segmento, correspondente ao 6º ao 9º ano, no período noturno (Coelho, 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza buscou compreender as particularidades do atendimento oferecido à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com enfoque no ensino noturno. A investigação contou com o relato direto da gestora escolar, Nayara Martins Barbosa, que forneceu dados valiosos sobre a estrutura e a dinâmica das turmas, bem como sobre as práticas pedagógicas aplicadas no contexto da EJA.

De acordo com a gestora, a escola atualmente oferece turmas do 6º ao 9º ano para os estudantes da EJA, embora, no momento da pesquisa, apenas houvesse alunos matriculados do 7º ao 9º ano, totalizando 64 alunos. As turmas estão distribuídas conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 - Alunos inscritos no EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza

Série	Quantidade de alunos
6º ano	0
7º ano	23
8º ano	22
9º ano	19
Total	64 alunos

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Essa distribuição reflete a realidade de muitas escolas que oferecem EJA, onde as matrículas tendem a ser mais concentradas nos anos finais do ensino fundamental. Esses estudantes apresentam perfis variados, incluindo tanto aqueles que abandonaram a escola anteriormente quanto aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada. A maioria dos alunos da EJA são trabalhadores, o que torna o ensino noturno uma opção essencial para que possam conciliar suas responsabilidades profissionais com os estudos.

Os números apontados diferenciam-se do observado no ano anterior. O Projeto Político Pedagógico da escola, elaborado por Porto Nacional (2024), aponta dados referentes a 2023, onde indica que havia 20 alunos matriculados no 6º e 7º ano multisseriado, 27 anos no 8º ano e 33 alunos no 9º ano, totalizando 80 alunos.

Identifica-se que de 2023 para 2024 não houve nenhum aluno matriculado no 6º ano, onde anteriormente houve 20 multisseriado com o 7º ano. Os alunos do 7º ano deveriam passar para o 8º ano em 2024, havendo um aumento de 3 alunos. Já os alunos do 8º ano deveriam passar para o 9º ano em 2024, passando de 27 para 22, o que pode indicar uma evasão. No entanto, os dados não indicaram o semestre do ano, considerando que o EJA é realizado cada série em um período de 6 meses. Assim, pode haver diferença.

Ainda no que se refere à evasão, os dados do PPP mostram números de 2023 no que se refere ao número de alunos matriculados, alunos que permaneceram na escola até o final do ano e alunos que foram aprovados, conforme a Tabela 2:

Quadro 1 – Dados de alunos EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza

ANOS	Nº de alunos matriculados na escola no início do ano.				Nº de alunos que permaneceram na escola até o final do ano.				Nº de alunos que concluíram o ano com sucesso (aprovados)			
	6ºANO EJA	7ºANO EJA	8ºANO EJA	9ºANO EJA	6ºANO EJA	7ºANO EJA	8ºANO EJA	9ºANO EJA	6ºANO EJA	7ºANO EJA	8ºANO EJA	9ºANO EJA
2021	14	11	22	37	14	8	20	33	14	8	20	33
2022	24	16	44	64	22	13	24	54	13	12	15	35

Fonte: Porto Nacional (2024).

Em 2021, todos os alunos do 6º ano concluíram o ano letivo com êxito. No 7º ano, 36% dos estudantes abandonaram os estudos, mas os que permaneceram conseguiram concluir o ano com sucesso. No 8º ano, 9% desistiram ao longo do ano, enquanto os que continuaram também finalizaram o ano com êxito. Quanto ao 9º ano, a taxa de desistência foi de 10,81%, e todos os que seguiram estudando foram aprovados.

Em 2022, a turma do 6º ano registrou uma desistência de 8,33%, com uma taxa de reprovação de 40,9% entre os que permaneceram. No 7º ano, 18,75% dos alunos desistiram, e entre os que continuaram, apenas 7,69% foram reprovados. O 8º ano apresentou o maior índice de desistência, com 45,45% dos estudantes abandonando os estudos. Entre os que continuaram, 37,5% foram reprovados. Por fim, no 9º ano, 15,62% desistiram, e a reprovação entre os que permaneceram foi de 35,18%.

De acordo com Porcaro (2011), as dificuldades enfrentadas pelos educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) refletem os desafios dessa modalidade, que ainda é marginalizada nas políticas governamentais e escolares. A evasão escolar é um dos maiores obstáculos, mas outros problemas também merecem destaque, como:

- A falta de orientação específica para educadores recém-ingressos na EJA, causando insegurança e estranhamento.
- A carência de formação adequada sobre as particularidades da EJA e do conteúdo a ser abordado.
- A heterogeneidade dos níveis de aprendizagem nas turmas, exigindo que o educador atenda simultaneamente alunos em diferentes fases de alfabetização.
- A diversidade de expectativas e diferenças geracionais, religiosas e de crenças entre os alunos.
- A significativa diferença de idade, que pode gerar conflitos e desmotivação,

contribuindo para a evasão.

- A baixa autoestima dos alunos, que dificulta o processo de aprendizagem.
- A institucionalização do processo educativo, o que gera rigidez no sistema de ensino regular.
- O processo de certificação, que pode comprometer a qualidade do ensino devido à padronização.

Um ponto relevante identificado na pesquisa foi que os professores da EJA noturna também lecionam no ensino regular diurno. Essa realidade exige uma adaptação metodológica para atender a públicos distintos. No caso da disciplina de Geografia, a escola conta com apenas uma professora para todas as turmas da EJA, o que limita a diversidade de estratégias pedagógicas. A mesma professora também leciona em turmas de ensino regular, conforme o PPP da escola de Porto Nacional (2024), que conta com 14 turmas, do 1º ao 5º ano.

A análise das dificuldades enfrentadas pela professora de Geografia da EJA na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza revela desafios comuns a docentes que atuam tanto na EJA quanto no ensino regular. Silva (2019) destaca que um dos maiores obstáculos é a heterogeneidade das turmas, com estudantes de diferentes níveis de conhecimento e habilidades. Essa diversidade exige constante adaptação das estratégias pedagógicas, com especial atenção aos alunos com mais dificuldades.

Esse cenário é ainda mais desafiador na EJA, onde há alunos com diferentes idades e experiências de vida. A professora de Geografia enfrenta a tarefa de atender a múltiplas séries e anos escolares na mesma sala, o que demanda grande esforço para tornar o ensino acessível a todos. Essa realidade, muitas vezes, leva ao esgotamento físico e mental do docente (Silva, 2019).

Além disso, a professora de Geografia também leciona no ensino regular, o que agrava o seu desgaste. Ela precisa ajustar suas práticas pedagógicas para contextos muito distintos: no ensino regular, as turmas são mais homogêneas e tradicionais, enquanto na EJA, o ensino deve ser mais flexível e contextualizado, refletindo as experiências de vida dos alunos. Esse duplo papel exige um esforço adicional constante, com o docente alternando entre abordagens e metodologias, sempre atento às necessidades de cada grupo.

É fundamental reconhecer que os tempos e as formas de aprendizagem dos jovens e adultos diferem substancialmente das crianças e adolescentes, tanto em termos de desenvolvimento psíquico e cognitivo quanto pelas responsabilidades sociais que esses indivíduos assumem. Isso implica que a assimilação de novos conhecimentos pode ser mais complexa para adultos, que já possuem modelos de mundo e estratégias de compreensão bem estabelecidos (São Paulo, 2010).

Por fim, os conteúdos escolares na EJA devem ser reorganizados de acordo com a realidade social, política e histórica dos alunos. Como aponta São Paulo (2010), a educação na EJA deve dialogar com a experiência de vida dos alunos, proporcionando uma aprendizagem

mais significativa e contextualizada, respeitando o papel que esses alunos ocupam na sociedade.

Ainda apresentando quanto às diferenças de geografia para crianças e adultos, o PPP da escola aponta diferenças significativas quanto a avaliação dos alunos, apresentado nos Quadros 2 e 3:

Quadro 2 - Formas de avaliação do ensino regular infantil na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza

ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 5º ANO		
ATIVIDADE AVALIATIVA		PATAMAR DE VALORES
1	Trabalhos, pesquisas, seminários, debates e participação	2.0
2	Avaliações	4.0
3	Simulados	4.0
VALOR TOTAL		10.00

Fonte: Porto Nacional (2024).

Quadro 3 - Formas de avaliação da EJA na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza

EJA- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
	ATIVIDADE AVALIATIVA	PATAMAR DE VALORES
1	Trabalhos, pesquisas, seminários e debates	4.0
2	Avaliação 1	3.00
3	Avaliação 2	3.00
VALOR TOTAL		10.00

Fonte: Porto Nacional (2024).

Nesse quesito, o PPP da escola determina que os critérios de avaliação para disciplinas humanas, incluindo geografia, são:

- As avaliações por bimestres deverão contar, no máximo, quatro atividades avaliativas diferenciadas;
- As atividades avaliativas devem compreender: assiduidade, participação, avaliação atitudinal (observação da frequência às aulas, sua interação e relação com a turma, professores e escola). Produção textual (envolvendo os gêneros textuais estados), trabalhos (pesquisas, entrevista, debates ou feiras).
- Avaliação diagnóstica dos conteúdos e do processo de ensino-aprendizagem;
- Avaliação em forma de simulados, para que o aluno possa se familiarizar com as avaliações externas, como PEMAP, Provinha Brasil e outras.
- A avaliação diagnóstica será constituída de questões objetivas e subjetivas acerca dos conteúdos e de questões que observam o desempenho dos professores e as relações na turma de modo geral para detectar e resolver problemas que podem interferir na aprendizagem.
- As atividades avaliativas terão caráter somático, sendo atribuído a cada uma um patamar de pontos, que serão alcançados de acordo ao desempenho de cada estudante. A somatória desses pontos será considerada a medida atingida por alunos e alunas no ambiente (Adaptado de Porto Nacional, 2024, p. 31-32).

Apesar do reconhecimento das diferenças entre o ensino de adultos e o de crianças, é importante destacar que a multiplicidade de tarefas e responsabilidades sobrecarrega os professores. Além de planejar aulas diferenciadas para cada grupo, eles precisam administrar o

tempo e os recursos pedagógicos de maneira eficiente. Esse desafio é evidente nas salas multisseriadas, uma realidade também vivida pela professora de Geografia da EJA, que enfrenta o cansaço e o estresse decorrentes de múltiplas demandas. Essas dificuldades evidenciam a necessidade de políticas educacionais que ofereçam suporte adequado aos professores, reconhecendo as particularidades de seu trabalho, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (Porcaro, 2011).

No que diz respeito ao ensino de Geografia na EJA da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza, observa-se uma diferenciação na abordagem. Ao contrário das atividades lúdicas comuns no ensino infantil, a professora utiliza recursos como mapas, globos, data show e aulas em vídeo, ferramentas que favorecem o aprendizado dos alunos adultos, que tendem a se beneficiar de métodos mais concretos e visuais. Assim, as metodologias adotadas no ensino regular são diferentes das empregadas na EJA.

Considerando que a EJA atende predominantemente a trabalhadores com condições financeiras limitadas, o papel do docente de Geografia ultrapassa a simples formação para a construção de uma nação desenvolvida. O professor tem a oportunidade de utilizar suas ferramentas de análise para questionar e discutir as condições desses trabalhadores e os objetivos do desenvolvimento nacional: a quem ele serve, como é conduzido e qual é seu propósito (Machado; Mattos, 2014).

Albring (2006) ressalta que a diferenciação no ensino de Geografia na EJA não se restringe ao conteúdo, mas envolve a clareza dos objetivos e a relevância do estudo. A principal distinção está na necessidade de um diálogo constante em sala de aula, já que os educandos trazem consigo uma rica bagagem cultural que pode enriquecer o aprendizado. Esse ambiente favorece a construção colaborativa do conhecimento, em vez de uma simples transmissão de informações. É essencial conectar os conteúdos aos contextos vividos pelos alunos, interrelacionando-os com o conhecimento informal que eles possuem, o que os torna mais motivados e valorizados como agentes ativos no processo de aprendizagem.

O ensino de Geografia na EJA oferece uma excelente oportunidade para estimular o pensamento crítico dos alunos. Ele envolve a análise dos processos e dinâmicas espaciais e busca promover uma reflexão profunda sobre as relações dos indivíduos com o mundo ao seu redor, encorajando uma visão crítica da realidade social e espacial (Machado; Mattos, 2014).

A gestora da escola observou que a EJA tem uma política de reprovação baixa, embora os dados do PPP indiquem índices consideráveis em algumas séries. No entanto, a evasão escolar vai além da reprovação, refletindo as dificuldades dos alunos em se manter na escola. Em relação às notas de Geografia, as médias variam entre 7 e 8, o que indica um desempenho satisfatório, embora não excepcionalmente alto. A política de evitar reprovações reflete uma abordagem inclusiva, que visa motivar os alunos a prosseguir com seus estudos.

Outro aspecto interessante é o maior interesse dos alunos da EJA pela disciplina de Geografia, em comparação com os alunos do ensino regular. Isso pode ser atribuído à

experiência de vida mais ampla dos estudantes da EJA, o que aumenta seu interesse por temas relacionados ao espaço geográfico, às culturas e aos contextos globais. Esse interesse natural pode ser um recurso valioso para os professores, que podem utilizá-lo para engajar ainda mais os alunos e enriquecer as aulas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza oferece uma visão crítica sobre os desafios e as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no ensino noturno. Os dados revelam questões cruciais, como a concentração de matrículas nos anos finais do ensino fundamental, a diversidade de perfis dos alunos e as dificuldades relacionadas à heterogeneidade das turmas. Essas evidências apontam para a complexidade do ambiente educacional da EJA, ressaltando a necessidade de abordagens pedagógicas adaptadas às características desse público.

A evasão escolar, exacerbada por fatores como a heterogeneidade das turmas e as responsabilidades profissionais dos alunos, emerge como uma preocupação central. A pesquisa também sugere que a reprovação não é o único fator que contribui para a evasão, sendo necessário considerar o impacto do ambiente de aprendizagem e a adequação do currículo às necessidades dos alunos adultos.

A professora de Geografia enfrenta desafios significativos ao adaptar metodologias para atender à diversidade de níveis de aprendizagem, além de lidar com a sobrecarga de trabalho. A falta de formação específica e o impacto da diversidade de habilidades nas turmas destacam a necessidade de um maior suporte institucional e de políticas educacionais adequadas.

Por outro lado, o maior interesse dos alunos da EJA pela disciplina de Geografia, em comparação com os alunos do ensino regular, evidencia o potencial das experiências de vida e da bagagem cultural desses estudantes. Integrar essas experiências ao currículo pode enriquecer as aulas, tornando-as mais significativas e motivadoras.

A pesquisa destaca que, para melhorar a qualidade da educação na EJA, é fundamental promover a integração entre as práticas pedagógicas e a realidade dos alunos, além de garantir um suporte adequado para os professores. A análise das estratégias pedagógicas revela a importância de uma abordagem que respeite e aproveite a experiência dos alunos, promovendo um ensino inclusivo e engajador.

Por fim, a relevância desta pesquisa é substancial, pois ilumina áreas críticas onde a prática pedagógica pode ser aprimorada e as políticas educacionais podem ser mais eficazes. O estudo oferece uma base sólida para entender como práticas de ensino, especialmente em disciplinas como Geografia, podem ser ajustadas para atender melhor às necessidades dos alunos adultos.

Futuras pesquisas devem explorar os fatores que contribuem para a evasão escolar, analisando aspectos socioeconômicos, pessoais e institucionais que influenciam a permanência dos alunos. Também é recomendável investigar a eficácia de diferentes métodos pedagógicos em outras instituições de EJA e desenvolver programas de formação contínua para os educadores. Estudos qualitativos, como entrevistas com alunos e professores, podem fornecer uma compreensão mais profunda das experiências vividas, contribuindo para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e estratégias de ensino inovadoras.

Em suma, a pesquisa não só contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios da EJA, mas também abre caminhos para melhorias práticas e teóricas, promovendo um ambiente educacional mais justo e eficaz para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

- Albring, Loraine. O ensino da geografia na educação de jovens e adultos: por uma prática diferenciada e interdisciplinar. **CEREJA–Centro de Referências em Educação de Jovens e Adultos. Biblioteca**, 2006.
- Almeida, Adriana de; Corso, Ângela Maria. Educação de jovens e adultos: Aspectos históricos e sociais. Rio de Janeiro: UERJ/UNICENTRO, 2015.
- Antunes, Celso. **Geografia para a Educação de Jovens e Adultos/ Celso Antunes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. ras lia, out. 1. Educação Nacional, 1988.
- Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer n. 11, de 09 de junho de 2000. Brasília: MEC, 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**, 2000.
- Brasil. **Parecer 11/2000, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.
- Callai, Helena Copetti. O Ensino de Geografia: Recortes Espaciais para Análise. In: Castrogiovanni, A. C. et al. (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. – 5. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2010. p. 57-63.
- Carneiro, Fernanda Dias; Souza, Camila Garcia Nascimento de; Moraes, Flaviana da Silva Borges de. Cidadania e o ensino de geografia na Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Tereza Donato de Araújo na cidade de Marabá – PA. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, São Luis – MA, 2016.
- Cavalcanti, L. S. Geografia, escola e construção de conhecimento. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- Coelho, Mauricio Rodrigues. **A importância da utilização dos recursos audiovisuais no fazer pedagógico dos professores da Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Sousa de Porto Nacional – TO**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Computação, Instituto Federal do Tocantins, Porto Nacional – TO, 2019.
- Costa, Maria Cleani da Silva. **Formação de professores em EJA: a importância do docente para a permanência dos alunos nos ambientes escolares**. Monografia de graduação em Pedagogia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2018.

Fernandes, R. M.; Gomes, V. R. Formação dos professores da EJA: desafios e possibilidades. **Repositorio IFSC**, v. 87, p. C3, 2013.

Ferreira, Daisy de Carvalho. **Caderno temático sobre a EJA**. 2008

Fonseca, Krichela Duarte. **A Educação de Jovens e Adultos na Geografia: Metodologias de ensino na docência**. Universidade Federal de Pelotas, Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia, Pelotas – RS, 2019.

Furini, Dóris Regina Marroni; Durand, Olga Celestina da Silva; Santos, Pollyana dos. Sujeitos da educação de jovens e adultos, espaços e múltiplos saberes. In: Laffin, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**. Florianópolis: NUP (Núcleo de Publicações do CED), 2011. Cap. 3. p. 158-245.

Laffin, Maria Hermínia. A constituição da docência na Educação de Jovens e Adultos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, PP. 201-22, 2012.

Lima, Márcia Helena de; Vlach. Vânia Rubia. Geografia escolar: relações e representações da prática social. **Caminhos de Geografia**: vol. 3, n. 5, p. 44-51, 2002.

Lopes, Selva Paraguassu; Sousa, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia. **Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)**, v. 5, p. 75-80, 2005.

Machado, Vanessa Caroline; Mattos, Mayra de. Ensino de geografia na Educação de Jovens e Adultos. **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II: segundo semestre de 2013**, Florianópolis, UFSC, 2014.

Moreira, G. K. S.; Chaves, D. N. O. **Educação de Jovens e Adultos pós-LDB: trajetórias e conquistas**. Artigo para Graduação de Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal Goiano, 2022.

Nascimento, E. J. T. **Educação de Jovens e Adultos e ensino de geografia: redescobrimo velhos saberes, recriando novos caminhos**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira – PB, 2011.

Oliveira, Orrely Messia. **O ensino de geografia na Educação de Jovens e Adultos no município de Serra Branca – PB**. Monografia de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Sumé - PB, 2019.

Paiva, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1987

Porcaro, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007.

Porto Nacional. PPP. **Projeto Político Pedagógico: Escola Municipal Dr. Euvaldo Tomaz de Souza**. Porto Nacional – TO, 2024.

Quintão, Altemar de Figueirêdo Bustorff. **A geografia na Educação de Jovens e Adultos trabalhadores em Mamanguape:** percurso histórico e práticas atuais. Dissertação de pósgraduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2011.

Righetto, M. Educação de jovens e adultos: uma discussão sobre a formação docente. Dissertação (Mestrado), Curso de Educação, Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007, 148 f.

Silva, Antonio; Neto, José Vieira. A Geografia na Educação de Jovens e Adultos: Estudo de Caso em uma escola de Catalão – GO. Revista online – Caminhos de Geografia, p. 23-36, 2009.

São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Caderno de orientações didáticas para EJA - Geografia: etapas complementar e final – São Paulo : SME**
/ DOT, 2010. 107p.

Soek, Ana Maria. **Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos/** Ana Maria Soek, Sonia Maria Chaves Haracemiv, Tânia Stoltz (Org).- Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

Souza, Jefferson Silva de. A importância do ensino de geografia para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Tocantinense de Geografia**, vol. 10, n. 20, p. 220-237, 2021.

Vesentini, José Willian. Ensino da Geografia e luta de classes. In: Oliveira, Arioaldo U. de.

Para onde vai o ensino de Geografia? 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

Vieira, L. M. **A formação dos professores da EJA: um estudo qualitativo da realidade morrinhense.** Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, Morrinhos – GO, 2016.